

AS DINÂMICAS DE MARGINALIZAÇÃO NOS MARETÓRIOS URBANOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO RIO DE JANEIRO E DA GRANDE VITÓRIA

Lázaro Dias Alves¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória, ES, Brasil



Enviado em 5 nov. 2024 | Aceito em 24 jul. 2026

Resumo: As dinâmicas urbanas podem atuar como mecanismos de marginalização e exclusão de determinados grupos sociais. Esses processos, por sua vez, tendem a assumir maior intensidade nos grandes centros urbanos. Os catadores e as catadoras de caranguejo constituem um grupo social que historicamente ocupa uma posição marginal, uma vez que muitos ingressam na atividade em contextos marcados pelo desemprego, subemprego ou pobreza. Entretanto, essa condição de marginalidade não decorre apenas desses fatores socioeconômicos, mas também dos diversos conflitos socioambientais que se manifestam nos maretórios onde atuam, bem como da ausência do Estado na mediação e resolução desses conflitos. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva geográfica, as dinâmicas urbanas que marginalizam os catadores e as catadoras de caranguejo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Trata-se de uma contribuição aos estudos geográficos sobre grupos sociais marginalizados no Brasil, ao evidenciar como os processos de urbanização produzem e intensificam desigualdades socioespaciais que afetam diretamente os modos de vida, os territórios e as formas de reprodução social desses trabalhadores e trabalhadoras. Ao discutir essas dinâmicas, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as relações entre urbanização, marginalização e conflitos socioambientais, fornecendo subsídios para reflexões e ações voltadas à valorização e à permanência desses grupos em seus maretórios.

Palavras-chave: Grupos marginais; metrópoles; geografias da pesca.

DYNAMICS OF MARGINALIZATION IN THE URBAN MARETÓRIOS OF THE RIO DE JANEIRO AND GRANDE VITÓRIA METROPOLITAN REGIONS

Abstract: Urban dynamics act as mechanisms that marginalize and exclude determined social groups. The processes of marginalization and exclusion, in turn, have greater dimensions in large urban centers. Crab collectors are individuals who have historically been in a marginal position because they begin in the activity in conditions of unemployment, underemployment or poverty. However, the marginalized position does not occur only due to this condition, but also due to the various socio-environmental conflicts that occur in the maretórios of action of these individuals and the absence of the State in resolving the problems. In this sense, the objective of the present study is to geographically analyze the urban dynamics that marginalize crab collectors in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ) and the Metropolitan Region of Grande Vitória (RMGV). This study contributes to geographical research on marginalized social groups in Brazil by demonstrating how urbanization processes produce and intensify sociospatial inequalities that directly affect the livelihoods, territories, and forms of social reproduction of these workers. By examining these dynamics, the study expands the understanding of the relationships between urbanization, marginalization, and socio-environmental conflicts, providing a basis for reflections and actions aimed at promoting the recognition of and supporting the continued presence of these groups in their maretórios.

Keywords: Marginal groups; metropolis; fishing geographies.

LAS DINÁMICAS DE MARGINACIÓN EN LOS MARETORIOS URBANOS DE LAS REGIONES METROPOLITANAS DE RÍO DE JANEIRO Y DEL GRANDE VITÓRIA

Resumé: Las dinámicas urbanas pueden actuar como mecanismos que marginan y excluyen a ciertos grupos sociales. Los procesos de marginación y exclusión, a su vez, adquieren mayores dimensiones en los grandes centros urbanos. Los recolectores de cangrejos son individuos que históricamente han estado en una posición marginal, ya que inician la actividad en condiciones de desempleo, subempleo o pobreza. Sin embargo, la posición marginada no se da sólo por esta condición, pero también por los diversos conflictos socioambientales que surgen en los maretórios en los que operan estos individuos y la ausencia del Estado en la resolución de los problemas. En este sentido, el objetivo del presente estudio es analizar geográficamente las dinámicas urbanas que marginan a los recolectores de cangrejos en la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ) y Región Metropolitana de la Grande Vitória (RMGV). Este estudio contribuye a la investigación geográfica sobre grupos sociales marginados en Brasil al demostrar cómo los procesos de urbanización generan e intensifican desigualdades socioespaciales que afectan directamente los medios de vida, los territorios y las formas de reproducción social de estos trabajadores. Al examinar estas dinámicas, el estudio contribuye a una comprensión más amplia de las relaciones entre urbanización, marginación y conflictos socioambientales, sentando las bases para la reflexión y la acción orientadas al reconocimiento de estos grupos y a su presencia continua en sus maretórios.

Palabras clave: Grupos marginales; metrópolis; geografías de la pesca.

Introdução

A cata de caranguejo, realizada por homens e mulheres nos diversos manguezais do litoral brasileiro, é considerada juridicamente uma modalidade de pesca artesanal (Lei Federal nº 11.959/2009). Apesar disso, a cata de caranguejo difere significativamente da pesca, seja pela natureza da atividade extrativa, por suas características socioeconômicas ou pelo reconhecimento social que possui. Essa atividade, por sua vez, tem sido objeto de problematização teórica e empírica por parte de diversos geógrafos e geógrafas brasileiros (Cardoso, 2001; Da Silva, 2006; De Paula, 2018; Alves et al 2018; Da Silva et al. 2020). Nesse contexto, emerge um subcampo disciplinar denominado Geografias da Pesca, bem como uma rede de investigação dedicada ao tema.

Os catadores e catadoras de caranguejo, também denominados caranguejeiros e caranguejeiras, estão presentes ao longo de quase todo o litoral brasileiro, especialmente em regiões estuarinas onde ocorrem manguezais. O Brasil, por sua vez, é considerado um dos países com as maiores áreas de manguezal do planeta. Estima-se que a distribuição geográfica desse ecossistema se estenda por aproximadamente 13 mil km², desde o município de Oiapoque (AP) até o município de Laguna (SC) (Spalding et al., 2010; ICMBio, 2018).

Esse ecossistema possui uma diversidade de recursos utilizados por grupos humanos para a manutenção de seus modos de vida. Entre esses grupos, destacam-se os catadores e catadoras de caranguejo, que atuam na coleta e extração desses crustáceos, garantindo renda e/ou a própria subsistência, bem como a de seus núcleos familiares. Os catadores e catadoras de caranguejo constituem um grupo social característico do litoral brasileiro, cujas práticas são moldadas pelos ritmos da natureza, como as marés e as fases da Lua.

No entanto, essa atividade econômica e cultural tem sido atravessada por problemáticas socioambientais que interferem diretamente no modo de vida desses grupos, submetendo-os a condições de marginalidade e exclusão social, sobretudo em seus territórios, aqui denominados maretórios². O termo maretório é uma construção conceitual que surgiu em 2008 a partir das experiências e lutas das comunidades pesqueiras e extrativistas, especialmente no litoral do Pará, Brasil (Lima; Ribeiro, 2021). Esse neologismo resulta da junção das palavras "mar" e "território", refletindo a relação intrínseca dessas comunidades com os ambientes costeiros e marinhos, tais como manguezais e estuários.

Considerando a estreita dependência dessas comunidades em relação aos ecossistemas costeiros, as transformações e os processos de degradação ambiental que atingem os manguezais repercutem diretamente sobre seus maretórios e modos de vida. Conforme o Atlas dos Manguezais do Brasil (ICMBio, 2018), estima-se que 25% dos manguezais brasileiros tenham sido destruídos desde o início do século XX, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste. As principais problemáticas socioambientais que impactam esse ecossistema, bem como o cotidiano dos catadores e catadoras de caranguejo, envolvem a perda e a fragmentação da cobertura vegetal em decorrência do desmatamento; o aterramento associado ao processo de urbanização; os diferentes

² O termo maretório passou a ganhar destaque, especialmente, em publicações vinculadas à Geografia, à Antropologia e às Ciências do Mar no Brasil. O conceito foi desenvolvido em contraposição à visão dominante do mar como um espaço vazio, de livre acesso ou destinado exclusivamente à exploração econômica. O maretório corresponde ao espaço marinho que, assim como o território terrestre, é marcado por relações sociais, práticas produtivas, culturais e simbólicas. Trata-se de um espaço no qual comunidades tradicionais constroem sentimentos de pertencimento, organizam suas atividades de pesca, navegação, extrativismo e rituais, além de exercerem formas próprias de governança e resistência.

tipos de contaminação (hídrica, pedológica e atmosférica); o descarte irregular de resíduos; a emissão de poluentes provenientes de atividades industriais próximas às áreas de manguezal; e o turismo, sobretudo o turismo náutico.

É evidente que esses fenômenos podem ser mais acentuados nos grandes centros urbanos e nas metrópoles onde ocorrem os chamados manguezais urbanos. Tais problemáticas promovem um processo de descaracterização cultural desse grupo social, constituindo uma das consequências dos modelos e das práticas de planejamento urbano adotados nas cidades brasileiras. Entre essas consequências, destacam-se a incompatibilidade entre a proteção dos recursos naturais e o crescimento demográfico, econômico e urbano; a desterritorialização de comunidades e povos tradicionais dos espaços onde realizam suas práticas; e a criação de postos de trabalho tipicamente urbanos que não exigem elevados níveis de qualificação e que passam a absorver pessoas em situação de desemprego.

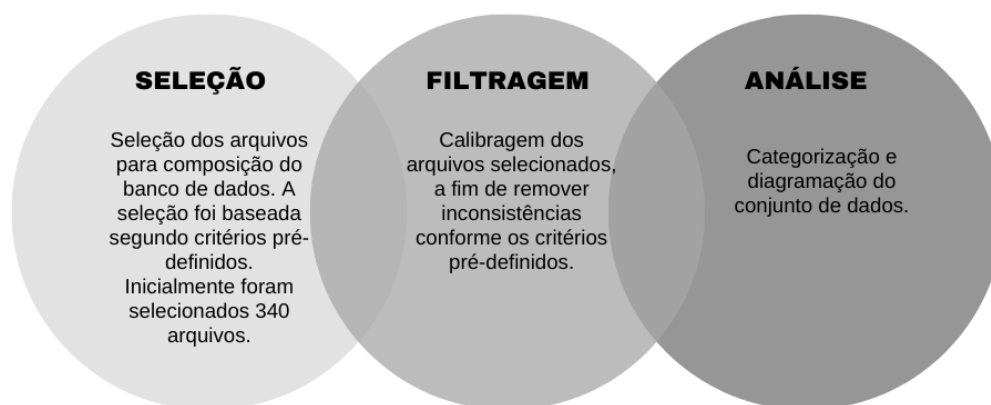
Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva geográfica, de que maneira as dinâmicas urbanas atuam na produção e intensificação de processos de marginalização dos catadores e das catadoras de caranguejo em seus maretórios. Parte-se do pressuposto de que a expansão urbana, associada à degradação ambiental e aos conflitos pelo uso dos espaços costeiros, compromete as condições de reprodução social desses grupos e contribui para a sua desterritorialização. Para isso, em um primeiro momento, realiza-se uma caracterização das áreas de atuação dos catadores e catadoras de caranguejo no Brasil, buscando evidenciar a ampla distribuição territorial da atividade e sua presença em diferentes contextos socioespaciais. Em seguida, são analisadas as dinâmicas urbanas que marginalizam esses grupos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), entendidas como contextos emblemáticos da intensificação dos conflitos socioambientais que afetam os maretórios. Ao articular a distribuição geográfica da atividade com a análise de dois espaços metropolitanos, o estudo busca compreender como a urbanização produz formas específicas de marginalização e exclusão dos catadores e das catadoras de caranguejo.

Procedimentos metodológicos

A temática da pesca reúne um volume considerável de produções bibliográficas na Geografia brasileira, o que demonstra o interesse de um grupo de pesquisadores em problematizar essa atividade a partir de um determinado campo do conhecimento científico. Para conhecer a produção científica voltada ao tema, foi necessário realizar, inicialmente, um levantamento bibliográfico. Para isso, procedeu-se ao levantamento e à revisão bibliográfica de 303 trabalhos acadêmicos (artigos, monografias, dissertações, teses, capítulos de livros e livros) que investigaram a temática da pesca. A temática foi escolhida com base no entendimento de que os catadores e as catadoras de caranguejo são considerados pescadores artesanais; nesse sentido, a cata aparece nesses trabalhos como uma extensão da atividade pesqueira.

Os procedimentos metodológicos de obtenção e análise dos dados foram divididos em três etapas: Seleção, Filtragem e Análise (Figura 1).

Figura 1 - Etapas realizadas para a construção do banco de dados



Na primeira etapa, foram selecionados 340 trabalhos científicos para compor o banco de dados geral da pesquisa. As buscas foram realizadas nas plataformas *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*. A utilização de diferentes bases de dados foi necessária para obter o maior número possível de trabalhos científicos, ampliando o universo de análise e fortalecendo a representatividade da amostra. As buscas nessas plataformas foram realizadas por meio dos descritores "Geografia", "Pesca", "Pescadores", "Caranguejo", "Catador de Caranguejo" e "Coletor de Caranguejo".

Na segunda etapa, os 340 trabalhos anteriormente selecionados foram reduzidos para 303, após a aplicação de filtros de calibração destinados a atender aos critérios da pesquisa. Esses critérios foram organizados em dois grupos:

1 – Critérios de inclusão: o primeiro autor deveria possuir formação em Geografia, em nível de graduação ou de pós-graduação; além disso, o tema abordado deveria tratar, obrigatoriamente, da pesca, independentemente de sua modalidade.

2 – Critérios de exclusão: resumos publicados em anais de eventos, uma vez que o processo de avaliação por pareceristas para esse tipo de trabalho tende a ser mais rápido e menos rigoroso, visto que, geralmente, são apresentados apenas resultados e discussões parciais de pesquisas; e trabalhos duplicados.

Dentre os 303 trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico, foram identificados aqueles que, em algum momento, desprezaram a atividade de cata de caranguejo (19%; n = 58). Esses trabalhos não analisaram a cata de forma exclusiva, mas a abordaram como uma extensão da atividade pesqueira. Apenas três estudos se propuseram a analisar essa atividade separadamente (De Castro, 1967; Vale, 1992; Nascimento et al., 2022).

Após a seleção e a filtragem dos trabalhos, foi realizada a sistematização e a análise dos dados. A análise foi conduzida com base em duas categorias principais, definidas em função de sua relevância para a discussão do tema na Geografia brasileira. A primeira categoria consistiu na "Filiação", com o objetivo de identificar quais Instituições de Ensino Superior (IES) têm investigado o tema, bem como sua localização em relação às áreas de atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo. O número de produções bibliográficas foi georreferenciado em um mapa do Brasil, por instituição (Figura 3). A segunda categoria correspondeu à "Cartografia das Áreas", com a finalidade

de identificar, com base na produção científica, as áreas geográficas nas quais há registros da atuação de catadores e catadoras de caranguejo (Figura 4).

O segundo movimento metodológico consistiu na consulta a um importante banco de dados para a compreensão do universo dos catadores e das catadoras de caranguejo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). O banco de dados consultado corresponde ao Detalhamento do Benefício Seguro-Defeso (Portarias nº 52/2003 e nº 53/2003, referentes às espécies de caranguejo), disponível no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União. Os dados analisados corresponderam ao número de beneficiários dos seis municípios pertencentes à RMRJ que possuem fragmentos de vegetação de mangue — Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias e Rio de Janeiro (Tabela 2) —, bem como dos quatro municípios pertencentes à RMGV que também possuem fragmentos de manguezal — Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha (Tabela 3).

Por fim, o terceiro movimento metodológico consistiu na compreensão das dinâmicas urbanas de marginalização do grupo de catadores e catadoras de caranguejo nas duas regiões metropolitanas. Para isso, foram adotadas estratégias de investigação distintas em cada uma das regiões metropolitanas. A cartografia das dinâmicas urbanas de marginalização na RMRJ foi elaborada com base na plataforma digital "De Olho na Guanabara", desenvolvida pela Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), em parceria com a organização 350.org Brasil.

A ferramenta consiste em um mapa interativo destinados ao monitoramento socioambiental da Baía de Guanabara, permitindo que pescadores e pescadoras artesanais previamente cadastrados registrem ocorrências ambientais por meio de fotografias, vídeos e informações georreferenciadas. Após a validação das informações pelos administradores da plataforma, os registros tornam-se públicos e podem ser encaminhados aos órgãos de fiscalização competentes. Os dados disponíveis no sistema estão organizados em diferentes camadas temáticas, contemplando a localização de grupos de pescadores e catadores, atividades industriais, estruturas instaladas na baía, unidades de conservação e denúncias socioambientais. As denúncias registradas pelos pescadores e catadores são classificadas em quatro categorias principais: áreas de fundeio, rotas de embarcações (hidrovias), estruturas de apoio e manchas de óleo (Figura 5).

A cartografia das dinâmicas urbanas de marginalização na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi elaborada a partir dos dados produzidos durante a Oficina do Plano de Manejo da Estação Ecológica Ilha do Lameirão, realizada em 23 de maio de 2024, no município de Vitória (ES). O evento teve como objetivo discutir a revisão do plano de manejo da Unidade de Conservação e a possibilidade de alteração de sua categoria de manejo, atualmente classificada como Proteção Integral, para uma categoria de Reserva Extrativista.

Durante a oficina, foi realizada uma atividade de cartografia comunitária com a participação de pescadores artesanais, catadores de caranguejo e demais atores sociais envolvidos com a Baía de Vitória. Para a atividade, foram utilizados mapas impressos em formato A1, elaborados previamente em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG). Os participantes identificaram e registraram diretamente nos mapas os principais conflitos socioambientais, áreas de uso tradicional e problemáticas que afetam seus territórios de trabalho e vida. Simultaneamente, foram realizados registros escritos das discussões e denúncias apresentadas pelos participantes. Posteriormente, as informações cartografadas e as anotações de campo foram sistematizadas e transferidas para o ambiente SIG, permitindo a espacialização e a análise dos principais conflitos socioambientais identificados na região (Figura 6).

Figura 2 - Oficina do Plano de Manejo da ESEC Ilha do Lameirão, Vitória, ES



Do Oiapoque à Laguna: as áreas de atuação dos catadores (as) de caranguejo

De acordo com o Atlas dos Manguezais do Brasil, o ecossistema manguezal apresenta uma extensão de aproximadamente 14.000 km² ao longo do litoral brasileiro, desde o município de Oiapoque (AP) até o município de Laguna (SC) (ICMBio, 2018, p. 59). Segundo o Atlas, os manguezais encontram condições propícias para seu estabelecimento ao longo da costa brasileira, com exceção do litoral do Rio Grande do Sul, onde as condições climáticas necessárias ao seu desenvolvimento não se mostram compatíveis com a manutenção desse ecossistema. Ainda conforme o Atlas, cerca de 80% dos manguezais existentes em território brasileiro estão distribuídos em três estados pertencentes ao bioma Amazônia: Maranhão (36%), Pará (28%) e Amapá (16%). Essa área de manguezais, localizada na região Norte do Brasil, constitui a maior extensão contínua desse ecossistema sob proteção legal em todo o mundo (ICMBio, 2018, p. 59).

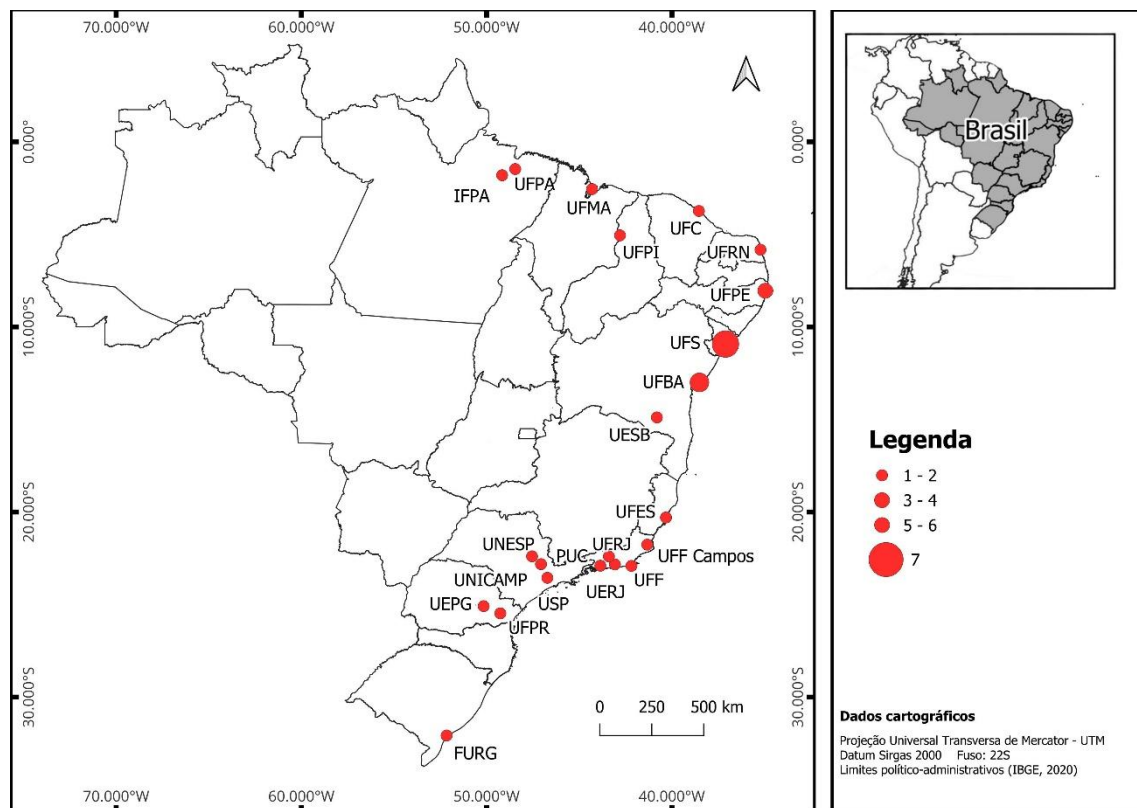
A fim de dimensionar a extensão das áreas de ocorrência dos manguezais, foi construída a Tabela 1, que especifica, em ordem crescente, o tamanho das áreas de manguezais em hectares e a porcentagem de cobertura de mangue por Unidade da Federação.

Tabela 1 - Áreas dos manguezais por Unidade da Federação
conforme o Atlas dos Manguezais do Brasil (ICMBio, 2018)

Unidade da Federação	Área em ha	% de mangue por UF
Alagoas	5.535,27	0,40
Piauí	5.549,86	0,40
Espírito Santo	7.971,65	0,57
Santa Catarina	10.401,32	0,74
Paraíba	12.565,22	0,90
Rio Grande do Norte	13.535,33	0,97
Rio de Janeiro	13.779,90	0,99
Pernambuco	17.172,98	1,23
Ceará	19.518,21	1,40
São Paulo	22.287,26	1,59
Sergipe	26.543,63	1,90
Paraná	31.199,14	2,23
Bahia	89.932,02	6,43
Amapá	226.894,81	16,22
Pará	390.589,41	27,92
Maranhão	505.490,12	36,13
Total	1.398.966,13	100,00

Para identificar as áreas de atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo, foi necessário conhecer a produção científica de geógrafos e geógrafas brasileiros(as) que investigam essa atividade. A atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo tem sido objeto de estudo de um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras vinculados a diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) do país (Figura 3).

Figura 3 - Mapa da produção científica da comunidade geográfica brasileira sobre a cata de caranguejo por Instituições de Ensino Superior (IES)



As Instituições de Ensino Superior localizadas na região Nordeste do país apresentaram 55% (n = 32) da produção científica sobre a atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo, seguidas pelas IES da região Sudeste, com 27% (n = 16) da produção; da região Sul, com 9% (n = 5); e da região Norte, também com 9% (n = 5).

De modo geral, as principais Instituições de Ensino Superior (IES) pertencentes à região Nordeste apresentam mais de cinco trabalhos sobre o tema, sendo a Universidade Federal da Bahia (UFBA) a instituição com o maior número de estudos (n = 7) sobre a atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo no Brasil. Essa característica revela o potencial da região em termos da cadeia produtiva e da comercialização do crustáceo (IBAMA, 1994).

Apesar de as estatísticas pesqueiras oficiais estarem desatualizadas há 11 anos, o último censo pesqueiro realizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) destaca o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) como uma das principais espécies capturadas pela pesca extrativa. Conforme o censo pesqueiro, em 2011 foi registrada uma produção total de 8.607,50 toneladas do crustáceo (MPA, 2011).

As Unidades da Federação que se destacam na produção do crustáceo, sobretudo do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país. Conforme as estatísticas pesqueiras, o Pará é o principal estado extrativista, com aproximadamente 2.748,00 toneladas extraídas anualmente, seguido do Maranhão, com 1.198,00 toneladas; da Bahia, com 843,5 toneladas; e do Piauí, com 813,15 toneladas (IBAMA, 2007).

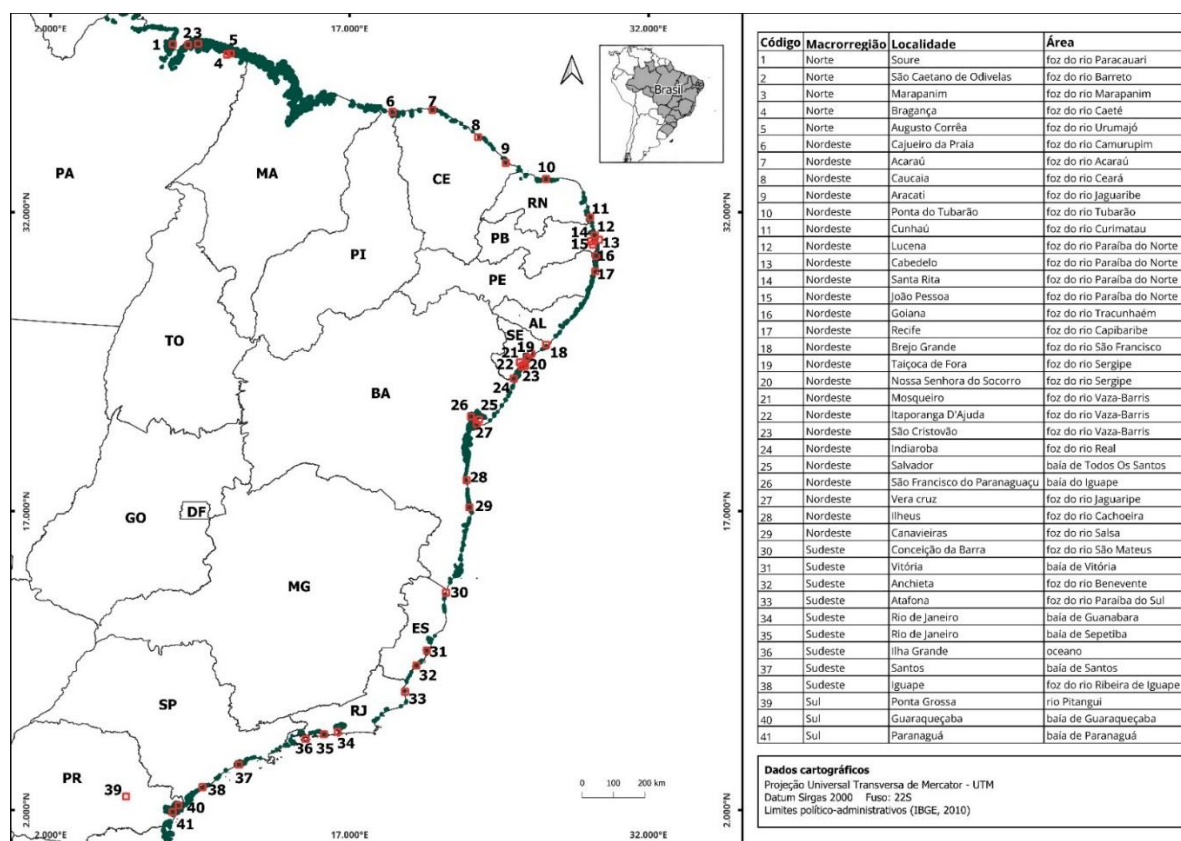
As áreas de captura e extração do crustáceo estão localizadas principalmente nas fozes de rios e baías que compõem os estuários, zonas de transição entre água salgada e água doce. Essas áreas são aqui compreendidas como maretórios, ou seja, espaços sob influência da dinâmica das marés e de uma diversidade de componentes físicos presentes nos estuários, que se constituem em territórios na medida em que há uma dimensão social e humana envolvida.

Os maretórios de atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo foram georreferenciados com base na produção científica da comunidade geográfica brasileira (Figura 4). Ao todo, foram identificados 41 maretórios de atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo. No entanto, esse número pode ser superior, uma vez que determinados maretórios podem não ter sido investigados pela comunidade geográfica brasileira. A foz do rio Paraíba do Norte (PB) e a foz do rio Vaza-Barris (BA/SE) foram os dois maretórios com o maior número de registros de atuação dos catadores e das catadoras de caranguejo.

Além disso, é possível observar que, em alguns estados, apesar de haver ocorrência de áreas de manguezal, não foi registrada atuação de catadores e catadoras de caranguejo, como no Amapá, Maranhão, Alagoas e Santa Catarina. O estado do Maranhão, conforme as estatísticas pesqueiras, é o segundo com maior potencial produtivo do crustáceo. Nesse sentido, estudos e levantamentos estatísticos sobre a cadeia produtiva do caranguejo são necessários para a compreensão da realidade social dos catadores e das catadoras e da real capacidade produtiva da região.

Ademais, os últimos censos pesqueiros (2010 e 2011) não especificam a produção pesqueira por espécie, o que dificulta a gestão do recurso. Portanto, atenção deve ser dada à cadeia produtiva do crustáceo, tendo em vista sua importância socioeconômica e gastronômica, principalmente em regiões litorâneas.

Figura 4 - Localidades e áreas de atuação dos catadores (as) de caranguejo



Outra observação a ser considerada é que a cata, em grande parte dos trabalhos, é tratada como uma extensão da pesca, embora possua características diferenciadas, como a natureza da extração e aspectos socioeconômicos. Apenas três trabalhos, dentro do universo amostral, se propuseram a analisar a cata separadamente (De Castro, 1967; Vale, 1992; Nascimento et al., 2022).

Josué de Castro, nascido em Recife, foi um renomado intelectual brasileiro que se dedicou ao estudo da fome como fenômeno social. Nessa perspectiva, o autor foi responsável pelo livro *"Homens e Caranguejos"*, publicado em 1967. O autor busca construir a imagem dos indivíduos que viviam nos manguezais da cidade de Recife, destacando as semelhanças entre o homem e o caranguejo. A partir desse exercício, surge a famosa sinédoque "homem-caranguejo".

O autor narra a história de João Paulo, um menino pobre que vivia nos manguezais de Recife. É a partir desse ponto que ele destaca que o ciclo de vida do caranguejo influencia a vida dos próprios indivíduos que se dedicam à sua captura. Para o autor, a condição de vida dos habitantes do mangue é uma herança do sistema colonial brasileiro e uma consequência da incapacidade do Estado de se impor diante dos interesses econômicos.

O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos: feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. Seres anfíbios - habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues e de se terem impregnado do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com as suas duras carapaças também enlambuzadas de lama (De Castro, 1967, p. 12-13).

Cláudia Câmara do Vale é uma geógrafa brasileira que também se dedicou ao estudo dos catadores de caranguejo na Baía de Vitória (ES). A autora, por meio de sua monografia intitulada *"Homens e caranguejos: uma contribuição geográfica ao estudo dos manguezais na Baía de Vitória (ES) como fonte de alimento"*, analisou os aspectos socioculturais dos caranguejeiros. A autora descreve, com riqueza de detalhes, diversas práticas culturais realizadas pelos catadores da região, dentre elas a crença em determinadas histórias.

Ao desembarcar conosco no barco do Centro de Estudos Gerais da UFES, a fim de mostrar-nos toda técnica de captura do caranguejo e os principais pontos de coleta do mesmo na Baía de Vitória, nosso entusiasmado guia tratou de colocar a bordo uma "meota", pinga destinada ao "capitão do mangue". Esse capitão, segundo ele, é um saci, que orienta ou aturde o catador dentro do manguezal, dependendo dos agrados. Sua presença é notada no interior do bosque através de assobios emitidos pelo mesmo. Durante a viagem pudemos observar que a "meota" era para consumo próprio, uma vez que, apenas um gole fora lançado para o "protetor" (Do Vale, 1992, p. 46).

Além disso, a autora mostrou o conjunto de conhecimentos que esses indivíduos possuem sobre o ambiente físico em que atuam, como aqueles relacionados à composição dos sedimentos de fundo, que varia entre areia, lama e argila; à taxonomia dos caranguejos, que varia entre machos, fêmeas, adultos e juvenis; ao ciclo de vida do caranguejo; à geografia dos manguezais da região; e às técnicas de coleta do caranguejo.

Nascimento et al. (2023) publicaram, no *Boletim Goiano de Geografia*, o artigo *"Nós somos metade gente, outra de caranguejo: a dinâmica socioespacial da pesca do caranguejo (Ucides cordatus)"*

no maretório da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/PA". Os autores destacam que a produtividade pesqueira do litoral amazônico está diretamente relacionada à dinâmica das florestas de mangue. Esses espaços, na perspectiva dos autores, são denominados maretórios devido à junção dos termos "território" e "maré", utilizados para designar territórios influenciados pela maré. Conforme os autores, a cadeia produtiva do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) tem grande relevância socioeconômica para os indivíduos desses espaços.

Com isso, os autores buscaram realizar uma análise da dinâmica socioespacial da cadeia produtiva do caranguejo no maretório da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança/PA. Para isso, realizaram 100 entrevistas com pescadores caracterizados como "tiradores de caranguejo". A partir dos resultados, os autores constataram que, nas últimas décadas, a captura de caranguejo evoluiu de uma atividade meramente esporádica e de autoconsumo para uma complexa cadeia produtiva, gerando uma captura por unidade de esforço (CPUE) média de 152 unidades por dia.

De modo geral, todos os trabalhos que investigaram a prática destacam sua importância socioeconômica para a manutenção do modo de vida dos indivíduos que a realizam. Santos (2018) estudou mulheres pescadoras extrativistas do município de Indiaroba, no estado de Sergipe. A partir do estudo, a autora identificou que a corda de caranguejo contendo seis unidades gerava uma receita mínima de R\$ 4,50 e máxima de R\$ 8,00. Martins (2013) estudou mulheres da pesca artesanal da comunidade denominada Ilha do Beto, situada no município de Itaporanga D'Ajuda, estado de Sergipe. Nesse estudo, a corda com a mesma quantidade de unidades gerava uma receita de R\$ 2,00 quando vendida ao atravessador e de R\$ 7,00 quando vendida na feira. A pesca do caranguejo no maretório da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, município de Bragança, estado do Pará, rende aproximadamente 152 unidades por dia (Nascimento et al., 2022). Já nas comunidades pesqueiras que atuam na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, estado do Rio Grande do Norte, a captura rende aproximadamente 100 unidades (Da Silva et al., 2017).

As principais técnicas utilizadas pelos pescadores e pelas catadoras de caranguejo para a coleta dos crustáceos parecem universais, com poucas exceções. As marisqueiras de Itaiçoca de Fora, em Nossa Senhora do Socorro, estado de Sergipe, relatam que a cata do caranguejo-uçá ocorre principalmente no verão, durante a maré baixa. As técnicas utilizadas na região são três: braceamento, tapamento e redinha, sendo as duas primeiras gradualmente substituídas pela última (Santos, 2012). Em Da Silva et al. (2017), descreve-se que a cata é realizada por meio da braceada por aproximadamente 15 pescadores, entre as raízes do mangue, durante todo o ano, embora também já existam conflitos relacionados ao uso da redinha. Já em Martins (2013), verifica-se o uso de ratoeira pelas pescadoras de Itaporanga D'Ajuda (SE).

Também parecem universais os principais conflitos enfrentados pelos grupos de catadores e catadoras de caranguejo, principalmente em áreas urbanas. Os catadores de caranguejo da Baía de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro, destacam o conflito com a Companhia Mercantil Ingá, conhecida simplesmente como Ingá, que operava no ramo de lingotes de zinco (Vinhas, 2019). Ao longo do tempo, uma série de vazamentos ocorreu na região, contaminando os sedimentos com metais pesados. Essa problemática passou a interferir na socioeconomia dos pescadores artesanais de Pedra da Guaratiba, município do Rio de Janeiro, uma vez que os caranguejos passaram a ser contaminados. Em Santos (2012), o principal conflito está relacionado à prática da carcinicultura em áreas de manguezal, a qual provoca seu desmatamento e reduz o habitat das espécies. Com isso, os indivíduos são obrigados a se deslocar para áreas mais distantes ou até mesmo a abandonar a atividade, o que também interfere na socioeconomia das marisqueiras da região. Essa sobreposição de usos que ocorre sobre os maretórios dos catadores e das catadoras de caranguejo em todo o

Brasil provoca um processo de marginalização atravessado por conflitos socioambientais e, sobretudo, políticos. É sobre esse fenômeno que trataremos na próxima seção.

Dessa forma, a caracterização nacional da atividade realizada nesta seção evidencia que a cata de caranguejo está amplamente distribuída ao longo do litoral brasileiro e depende diretamente da existência de ecossistemas de manguezal. Entretanto, a distribuição geográfica dos catadores e catadoras não ocorre de forma homogênea em termos das condições socioambientais que estruturam seus maretórios. Em áreas metropolitanas, onde a urbanização exerce maior pressão sobre os ecossistemas costeiros, os conflitos territoriais tendem a assumir maior intensidade. Nesse contexto, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e da Grande Vitória constituem exemplos emblemáticos de como as dinâmicas urbanas podem produzir processos de marginalização e exclusão dos grupos que dependem dos manguezais para sua reprodução social.

O homem-caranguejo: as dinâmicas urbanas de marginalização

O “*homem-caranguejo*” é uma sinédoque proposta por Josué de Castro para descrever e caracterizar o modo de vida de indivíduos que realizavam o extrativismo de caranguejos no manguezal do rio Capibaribe, entre os bairros pobres de Recife. O autor descreve o dia a dia dos *homens-caranguejo* que habitavam os mocambos às margens do rio, bem como a difícil tarefa de obtenção da pouca carne do crustáceo. Josué de Castro foi um dos pioneiros a discutir a posição de marginalidade desse grupo. Após o autor, poucos geógrafos se propuseram a investigar esses indivíduos. Para Josué de Castro, o quadro socioeconômico no qual esses homens se inserem é uma consequência das contradições do capital, que geram fome e miséria.

A fome e a miséria, por sua vez, são compreendidas como problemas sociais que ganham notoriedade principalmente a partir da década de 1970, com a emergência da chamada Geografia Crítica. No entanto, no caso brasileiro, antes mesmo dessa mudança paradigmática da Geografia, já se destacavam importantes obras de Josué de Castro, como “*A Geografia da Fome*” (1946) e “*Geopolítica da Fome*” (1951). A partir de 1970, a fundamentação marxista da Geografia passou a revelar as mais variadas contradições do capital e os diferentes processos de desigualdade socioespacial e, conseqüentemente, de marginalização.

De acordo com Coelho (1978, p. 14), o conceito de marginalidade e a identificação da população marginal geram controvérsias, uma vez que o próprio termo “marginalidade” já sugere conotações teóricas, normativas e ideológicas. No entanto, para o autor, é consensual, entre as diferentes descrições, que a população marginal é aquela constituída por indivíduos em situação de desemprego, subemprego ou pobreza. Apesar disso, a identificação da população marginal não é uma tarefa simples, uma vez que

A operacionalização destes termos está também sujeita a controvérsias. Por exemplo, existem faixas de pobreza, e os critérios para demarcação de seus limites não são consensuais, da mesma forma que não há muito acordo quanto ao número necessário de horas semanais de trabalho para que um indivíduo não seja considerado em situação de subemprego. A despeito destas dificuldades adicionais, o que parece certo é que quaisquer que sejam os indicadores utilizados, a correlação entre desemprego, subemprego e pobreza será alta. Isto significa que qualquer destes três fatores pode ser utilizado como proxy de marginalidade sem que disso resultem distorções sérias de análise (Coelho, 1978, p. 4).

No Brasil, a marginalização é um fenômeno sociopolítico vivenciado por diferentes grupos sociais. Os catadores e as catadoras de caranguejo são um exemplo de grupo em condição de marginalidade. Conforme identificado na Figura 4, a atuação e o trabalho desses indivíduos ocorrem

em quase todo o litoral brasileiro, especificamente nas fozes de rios, estuários e baías — áreas de ocorrência dos manguezais e dos maretórios.

Os manguezais brasileiros, por sua vez, são ecossistemas que, historicamente, apresentam um quadro de perda e fragmentação de sua vegetação de forma acelerada. A cobertura vegetal desse ecossistema tem sido reduzida significativamente nas últimas décadas. De acordo com o Atlas dos Manguezais do Brasil, estima-se que 25% dos manguezais em todo o território brasileiro tenham sido destruídos desde o início do século XX, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste, por apresentarem elevados níveis de fragmentação (ICMBio, 2018, p. 5).

A perda e a fragmentação dos manguezais são particularmente mais graves em grandes centros urbanos, como as capitais brasileiras e regiões metropolitanas. Essas áreas possuem alta densidade demográfica e concentração de atividades industriais. Portanto, há uma diversidade de interesses políticos, econômicos, ambientais, sociais e culturais sobre essas regiões. Nesse sentido, as áreas de ocorrência desse ecossistema passam a ser disputadas por diferentes agentes modeladores do espaço urbano (Estado, proprietários fundiários, grandes industriais, promotores imobiliários e grupos excluídos), gerando um espaço de conflitos e embates territoriais. Esses conflitos e embates expressam uma sobreposição de usos dos territórios tradicionalmente utilizados por grupos e comunidades marginalizadas, dentre eles os catadores e as catadoras de caranguejo.

Esse grupo de indivíduos, por depender diretamente da fauna do ecossistema, tem perdido gradativamente seu espaço de trabalho, considerando as proporções de perda e fragmentação da vegetação dos manguezais nas últimas décadas. Com isso, tornam-se indivíduos marginalizados em face desse processo de desaparecimento, não somente pela condição de subemprego, desemprego ou pobreza, mas também pelo jogo de interesses políticos que os exclui e lhes nega seus maretórios.

A partir da argumentação de que os grupos de catadores e das catadoras que coexistem em um contexto metropolitano ocupam uma posição de marginalidade no espaço urbano-ambiental da cidade, escolhemos os casos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) para exemplificar o fenômeno geográfico da marginalização.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é formada por 21 municípios e possui aproximadamente 13 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Dentre esses municípios, apenas sete possuem fragmentos de vegetação típica de manguezal e acesso direto à Baía de Guanabara, sendo eles: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias e Rio de Janeiro.

A área de manguezal da Baía de Guanabara foi extremamente reduzida ao longo do processo histórico de ocupação da região. A redução dessa área ocorreu associada aos ciclos produtivos iniciados ainda durante o período colonial: ciclo da cana-de-açúcar no século XVII, ciclo do café no século XIX e citricultura no século XX (Pires, 1992). De acordo com Pires (2010), esses ciclos produtivos visavam atender principalmente ao mercado externo e demandaram grandes obras de infraestrutura viária e de drenagem na região, o que contribuiu para a diminuição da área ocupada por manguezais e ecossistemas associados.

Atualmente, os manguezais remanescentes na região do recôncavo da Baía de Guanabara correspondem à APA de Guapimirim, que ocupa 69 km² em diferentes níveis de preservação, representando 85% dos manguezais remanescentes de toda a baía (Pires, 1992). De acordo com Pires (2010), uma faixa mais preservada, com aproximadamente 8 km², foi decretada como Estação Ecológica (ESEC Guanabara) em 2006. Conforme o estudo realizado pelo autor, entre 1976 e 2002 a área de manguezal da APA de Guapimirim reduziu-se de 49,7 km² para 42,14 km², respectivamente.

Apesar da destruição dos manguezais da Baía de Guanabara, seus remanescentes desempenham importantes serviços ecossistêmicos, como a proteção do litoral e o controle

climático, bem como beneficiam diferentes grupos humanos. Dentre eles, estão os pescadores, os catadores e as marisqueiras, que encontram na fauna dos manguezais uma fonte de renda e sustento.

De acordo com os dados de beneficiários do Seguro-Defeso do caranguejo (Portarias nº 52/2003 e nº 53/2003), disponíveis no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, existem, em média, 1.247 catadores de caranguejo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de beneficiários do Seguro Defeso do caranguejo da RMRJ entre 2013 e 2023

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Guapimirim	4	7	6	5	5	3	4	5	5	4	5	5
Niterói	8	48	46	17	14	29	6	21	26	37	18	25
Itaboraí	38	39	42	33	43	33	22	35	32	26	30	34
Duque de Caxias	30	39	39	33	33	27	25	35	45	58	61	35
Rio de Janeiro	176	273	281	59	190	170	48	106	106	173	119	155
São Gonçalo	332	528	123	548	484	502	390	491	543	615	611	468
Magé	510	533	502	487	447	453	469	545	587	619	623	525

Esses indivíduos estão em uma posição de marginalidade na medida em que atuam em um ambiente físico extremamente degradado. Além disso, sofrem constante privação de uso e precarização do trabalho. Essa condição de marginalidade é evidenciada na medida em que o Estado se torna ausente e não atua na resolução dos diferentes problemas socioambientais presentes nos limites da Baía de Guanabara, ou seja, em seus maretórios. Questões como a contaminação por atividades industriais, fontes de efluentes domésticos, descarte irregular de lixo, instalação de estruturas rígidas sobre os territórios (estaleiros, boias, píeres, terminais e bases de operações) e violência fazem parte da realidade cotidiana desses grupos.

Nesse sentido, verifica-se uma sobreposição de usos da baía e, conseqüentemente, uma sobreposição dos territórios dos catadores e das catadoras de caranguejo. Moço (2022) avaliou a contaminação por metais (As, Ba, Cd, Pb, Cu, Cr, Fe, Mn, Hg, Ni, V, Zn) e metaloides (As) em manguezais presentes nas APAs de Suruí e Guapimirim (manguezal de Piedade), na Baía de Guanabara. Os resultados do estudo mostram que a alta concentração desses elementos, provenientes de atividades industriais, agricultura, efluentes domésticos e lixo, ameaça seriamente a fauna bentônica desde os primeiros estágios de vida (Moço, 2022).

Em 2000, os manguezais da Baía de Guanabara sofreram contaminação pelo derramamento de 1,3 milhão de litros de petróleo, decorrente do rompimento de um duto da Petrobras que ligava a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal da Ilha d'Água, na Ilha do Governador (Ortiz, 2014). A mancha se espalhou por 40 km², sendo considerada, historicamente, um dos maiores crimes ambientais ocorridos no Brasil (Ortiz, 2014).

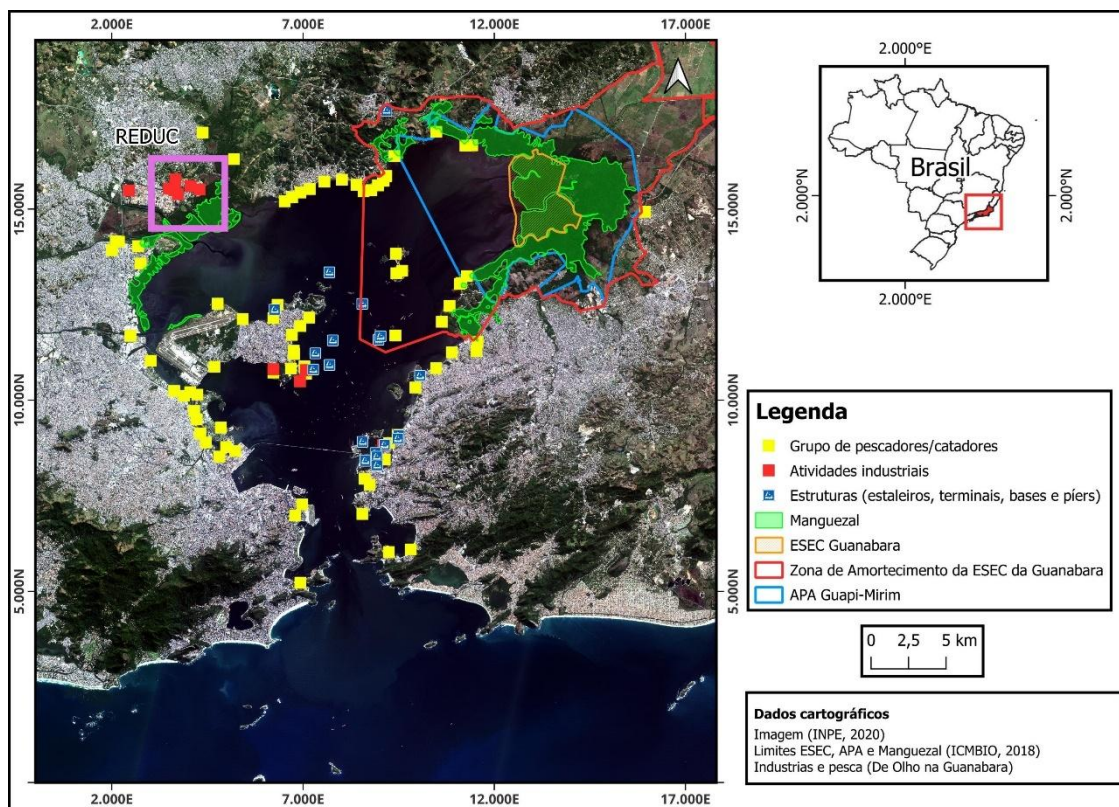
No entanto, o histórico de contaminação e de conflitos de uso na baía perdura até os dias atuais, com consequências para os manguezais e para os grupos de catadores e das catadoras que usufruem dos recursos provenientes deles. A Figura 5 mostra alguns dos principais conflitos de uso

presentes na Baía de Guanabara, que marginalizam e impactam diretamente o grupo de catadores da região.

O mapeamento realizado por meio da plataforma digital “De Olho na Guanabara” identifica os grupos de pescadores e catadores existentes ao redor da baía, bem como atividades industriais, estruturas dispostas sobre a Baía de Guanabara e denúncias realizadas e registradas pelos próprios pescadores e catadores. Por sua vez, as denúncias são classificadas em quatro principais categorias, conforme a plataforma: áreas de fundeio, rotas de embarcações ou hidrovias, estruturas de apoio e manchas de óleo.

Na Figura 3, é possível identificar a proximidade de atividades industriais e estruturas (estaleiros, terminais, bases e píers) em relação aos grupos de pescadores e catadores, bem como aos manguezais da região e, portanto, ao respectivo maretório. A própria Reduc, responsável pelo vazamento de óleo em 2000, está localizada e opera a menos de 500 metros de distância do manguezal de Duque de Caxias, além dos inúmeros dutos que atravessam a baía.

Figura 5 - Mapa de conflitos e sobreposição de usos na Baía de Guanabara, cidade do Rio de Janeiro, RJ



Também é possível observar os limites da Zona de Amortecimento da Estação Ecológica da Guanabara. As estações ecológicas são categorias de Unidades de Conservação de proteção integral. Portanto, não é permitida a extração de nenhum recurso de seu interior, sendo autorizadas apenas atividades educativas e científicas, desde que enquadradas no plano de manejo. É consensual que as UC's são instituídas a fim de evitar a perda e a degradação de importantes ecossistemas, mas, dependendo da categoria adotada, podem também impedir o uso tradicional realizado por

determinados grupos sociais. Nesse sentido, além das atividades industriais que contaminam e excluem os catadores de caranguejo dos maretórios, a própria política ambiental os marginaliza e os priva de acessar esses espaços.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é constituída por sete municípios e possui aproximadamente 1,9 milhão de habitantes (IBGE, 2022). Dentre esses municípios, apenas quatro possuem fragmentos de vegetação típica de manguezal e acesso direto à Baía de Vitória, sendo eles: Serra, Vitória, Cariacica e Vila Velha.

De acordo com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (2023), o manguezal da Baía de Vitória possui área de 31,416 km². A Baía de Vitória sempre representou a maior concentração de manguezais capixabas, sendo, inclusive, os mais alterados e impactados ao longo do tempo no estado (Marins, 2005, p. 30).

O manguezal da Baía de Vitória possui íntima relação com o processo de ocupação histórica do estado do Espírito Santo (Corrêa e Vasconcellos, 2018, p. 53). Com a colonização, o manguezal da região passou a ser explorado pelos portugueses como fonte de madeira e tanino (composto orgânico encontrado em diversas plantas e frutos), reduzindo as áreas de coleta e caça dos grupos indígenas (Nunes, 1998, p. 41).

Mais tarde, no início do século XIX, ocorrem os primeiros aterros sobre o manguezal da Baía de Vitória, sendo grande parte de sua área suprimida a partir do século XX, em decorrência do intenso crescimento demográfico ocasionado pelo êxodo rural, que provocou grande migração proveniente do interior do estado, do Sul da Bahia, da Zona da Mata Mineira e do norte do estado do Rio de Janeiro (Trarbach, 2001, p. 52). O rápido crescimento populacional ocorreu em função das consequências da crise do café na década de 1960, somadas à instalação de grandes projetos industriais em Vitória, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Companhia Vale do Rio Doce (Nunes, 1998, p. 42).

A ocupação desordenada do manguezal foi freada a partir da intervenção da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), que desenvolveu projeto de contenção das invasões e estímulo à preservação ambiental (Giudice, 2005, p. 60–70). A criação de Unidades de Conservação nas áreas de manguezal foi outra medida adotada para impedir a destruição dos remanescentes do bioma.

Apesar das medidas e estratégias de proteção dos manguezais, a extensão do bioma tem diminuído nas últimas décadas. De acordo com o IEMA (2023), o manguezal de Vitória possuía 37,077 km² de área em 1970, passando para 30,744 km² em 2007 e chegando a 31,416 km² em 2015. A redução da área de manguezal ao longo dos anos interfere diretamente nas condições de trabalho dos catadores e das catadoras de caranguejo da região.

De acordo com os dados de beneficiários do Seguro-Defeso do caranguejo (Portarias nº 52/2003 e nº 53/2003), disponíveis no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União, existem, em média, 27 catadores de caranguejo na Região Metropolitana da Grande Vitória (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de beneficiários do Seguro Defeso do caranguejo da RMGV entre 2013 e 2023

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Vitória	25	24	18	11	7	12	8	8	8	4	6	12
Serra	17	16	15	8	11	9	8	4	11	9	9	11
Cariacica	4	3	-	2	1	1	-	-	-	-	-	2
Vila velha	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2

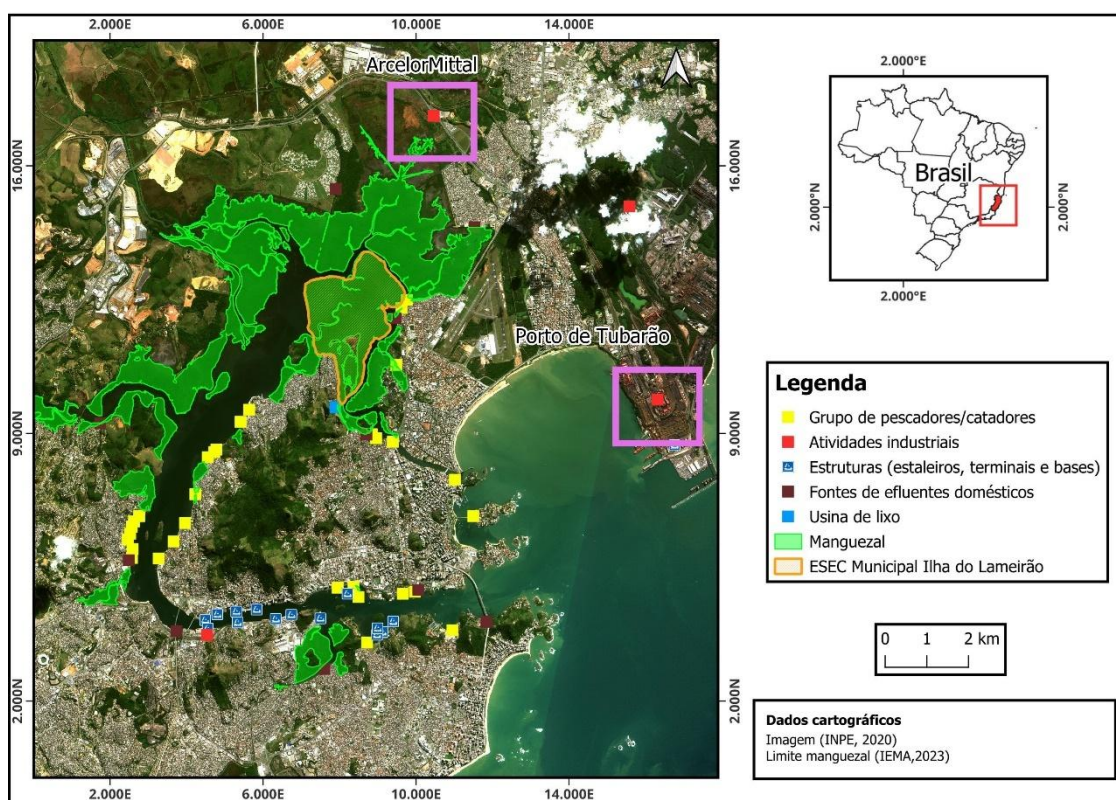
Por meio do número de catadores na RMGV, é possível notar uma redução dos beneficiários do Seguro-Defeso para as espécies de caranguejo, o que pode estar associado tanto a um processo de desaparecimento desses indivíduos quanto às dificuldades de acesso ao Seguro-Defeso.

De maneira semelhante ao que ocorre na RMRJ, o grupo de catadores e pescadores da RMGV também é constantemente submetido a uma posição de marginalidade e exclusão, tendo em vista o histórico de contaminação e de conflitos socioambientais presentes na Baía de Vitória e, consequentemente, no maretório dos catadores da região.

A contaminação, na percepção desses grupos, ocorre por atividades industriais próximas à baía, fontes irregulares de efluentes domésticos, descarte incorreto de lixo e turismo náutico. De acordo com a cartografia social realizada na Oficina Participativa do Plano de Manejo da Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão (SEMMAM/PMV), foi possível identificar fontes emissoras de poluentes que contaminam e degradam a baía e os ecossistemas associados (Figura 6).

A ArcelorMittal, empresa fornecedora de semiacabados de aço para diversas partes do mundo, localiza-se a menos de 500 metros dos manguezais da região. A empresa é constantemente autuada pelo poder público e alvo de denúncias por parte da comunidade, devido à emissão de material particulado no ar e à operação de atividades de elevado potencial poluidor ou degradador, em desacordo com a legislação e as normas vigentes. O Complexo Portuário de Tubarão, também localizado na região, é um dos maiores exportadores de minério de ferro do mundo, possuindo um longo histórico de denúncias e crimes ambientais.

Figura 6 - Mapa de conflitos e sobreposição de usos na Baía de Vitória, ES



A Estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, também foi uma tentativa do poder público municipal de conter a devastação do manguezal em face da urbanização e do crescimento demográfico de Vitória. No entanto, ao se instituir tal categoria de Unidade de Conservação, os catadores e as catadoras que atuavam nos manguezais foram excluídos e impedidos legalmente de realizar qualquer tipo de coleta na região. As áreas de exclusão da pesca, por sua vez, também se constituem em mecanismos que marginalizam os grupos pesqueiros. Apesar disso, atualmente está sendo rediscutida a categoria da Estação Ecológica Ilha do Lameirão junto à comunidade, a fim de tornar a Unidade de Conservação compatível com as práticas culturais dos grupos de catadores e pescadores da região.

Nesse sentido, compreende-se que os catadores e as catadoras de caranguejo das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e da Grande Vitória são grupos marginalizados, tendo em vista a negação de seus maretórios por dispositivos legais, bem como a contaminação, fragmentação e perda das áreas de manguezal ao longo do tempo. Deve-se dar atenção a esse fenômeno de marginalidade, pois ele indica claramente a devastação dos ecossistemas e um processo em curso de desaparecimento desses grupos.

Considerações finais

A produção científica da comunidade geográfica brasileira sobre a cata do caranguejo fornece importantes indicadores para a compreensão da atividade. O primeiro deles diz respeito às Instituições de Ensino Superior que têm investigado o tema, sendo as principais localizadas no Nordeste do país. Essa informação corrobora as estatísticas pesqueiras, que indicam o destaque da região no que se refere ao extrativismo do crustáceo.

O segundo indicador refere-se às áreas geográficas de atuação dos catadores e das catadoras. A cata do caranguejo é uma atividade realizada por homens e mulheres em quase todo o litoral brasileiro, desde Oiapoque (AP) até o município de Laguna (SC). Essa atividade ocorre exclusivamente em áreas de ocorrência dos manguezais, mais especificamente em foz de rios, baías e estuários. O Brasil, por sua vez, é um dos países com uma das maiores extensões de manguezais do mundo. Portanto, a cata representa uma importante atividade socioeconômica e cultural para centenas de pessoas.

Apesar disso, historicamente os catadores e as catadoras têm sido submetidos a uma posição de marginalidade e exclusão, sobretudo em grandes centros urbanos, como é o caso das metrópoles brasileiras. Esses grupos são cotidianamente impactados por dinâmicas urbanas incompatíveis com seus modos de vida (perda e fragmentação da vegetação de mangue, contaminação, urbanização, violência, descarte irregular de lixo e turismo) e com a existência de seus maretórios. Estes, por sua vez, tornam-se “marginais” não somente pelas condições de desemprego, subemprego ou pobreza que os inserem na cata, mas também devido à ausência do Estado na resolução de problemas socioambientais que historicamente interferem na qualidade de vida desses grupos considerados marginalizados.

Referências

- ALVES, L. D.; BULHÕES, E. M. R.; DI BENEDITTO, A. P. M.; ZAPPES, C. A. (2018) Ethnoclimatology of Artisanal fishermen: Interference in coastal fishing in southeastern Brazil. *Marine Policy*, v. 95, p. 69-76.
- BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009. *Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.
- CARDOSO, E. S. (2001). *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 20011.
- COELHO, E. C. (1978) A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *R. Adm. Publ.*, v. 12, n. 2, p. 139-161.
- CORRÊA, F. R.; VASCONCELOS, F. N. Pescadores artesanais e comunidade tradicional da Ilha das Caieiras/Vitória em perspectiva histórica. In: BLANC, M. V.; VASCONCELOS, F. N. (Orgs). *Reflexões sobre o urbano no Espírito Santo: do público ao político e algumas representações sociais*. Vitória: Editora Milfontes, 2018, p. 41-76.
- DA SILVA, C. A.; SAMPAIO, K. da S.; BUCH, C. L.; EUZÉBIO, R. C.; PINTO, P. B. A. (2020) Política pública da previdência social e trabalhadores da pesca artesanal: dilemas estruturais em contextos conjunturais do covid-19. *Tamoios*, v. 16, n. 1, p. 88-107.
- DA SILVA, C. N. (2006) *Territorialidades e Modo de Vida de Pescadores do Rio Ituquara, Breves – Pará*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.
- DA SILVA, E. F.; OLIVEIRA, J. E. L.; SCHIAVETTI A. (2017) Gestão compartilhada como ferramenta para o ordenamento da pesca na RDSEPT/RN/Brasil. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 3, n. 9, p. 215-237.
- DE CASTRO, J. (1967) *Homens e caranguejos*. São Paulo: Editora Brasiliense Soc. An.
- DE PAULA, C. Q. (2018) *Geografias(s) da Pesca Artesanal Brasileira*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GIUDICE, D. S. (2005) Desenvolvimento urbano integrado e preservação de manguezal – um paralelo entre o Projeto São Pedro (Vitória-ES) e o Projeto Joanes Vivo (Lauro de Freitas BA). In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 5, São Paulo, SP. Anais. São Paulo, SP, p. 6065 – 6079.
- IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2007) *Estatística da pesca 2007*. Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE. Distrito Federal: IBAMA.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022) *IBGE Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE.
- ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2018) *Atlas dos Manguezais do Brasil*. Brasília: ICMBIO.
- IEMA, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (2023) *Mapeamento e análise espaço-temporal dos manguezais do Espírito Santo: comparativo entre 1970, 2007 e 2015*. Série Mapeamentos CGEO, v.1.
- MARINS, R. P. (2005) *Condições de vida dos catadores de caranguejos: uma proposta de educação ambiental em Vitória – (ES)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, M. L. S. (2013) *Rios, estuários e mangues: a mulher na pesca artesanal*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.
- MOÇO, E. H. M. (2022) *Metais em áreas de proteção ambiental da Baía de Guanabara – manguezais de Suruí e Piedade*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal Fluminense.
- MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. (2011) *Boletim da Pesca e Aquicultura – 2011*. Brasília: MPA.

- NASCIMENTO, J. R.; SILVA, A. B.; PASSOS, P. H. S. (2022) Nós somos metade gente, outra de caranguejo: a dinâmica sócio-espacial da pesca do caranguejo (*Ucides cordatus*) no maretório da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/PA. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 42, n. 1.
- NUNES, A. G. A. (1998) *Os Argonautas do Manguê: Uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória – ES*. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas.
- ORTIZ, F. (2014) *Baía de Guanabara: vazamento da Petrobras completa 14 anos*. Rio de Janeiro: (o)eco.
- PIRES, I. O. (2010) Manguezais da região do recôncavo da Baía de Guanabara: revisita através dos mapas. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, nº especial, p. 1-9.
- Pires, I. O. (1992) *Monitoramento de manguezais da APA Guapimirim, RJ, através da correlação de dados da fitomassa e da radiação do TM/LANDSAT*. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade de São Paulo.
- SANTOS, E. A. (2018) *Mulheres pescadoras - mulheres mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.
- SANTOS, E. A. (2012) *(Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca: reconstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taiçoca de Fora-Nossa Senhora do Socorro/SE*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.
- SPALDING, M.; KAINUMA, M.; COLLINS, L. (2010) *World Atlas of Mangroves*. Reino Unido: Routledge.
- TRARBACH, J. (2001) *O manguezal como objeto de percepção ambiental: estudo comparativo entre duas comunidades de pescadores e coletores de Vitória (ES)*. Monografia (Mestrado em Biologia), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- VALE, C. C. (1992) *Homens e Caranguejos: Uma contribuição geográfica ao estudo dos manguezais da Baía de Vitória (ES) como fonte de alimento*. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo.
- VINHAS, A. L. F. (2013) Identidade e território: a luta dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro (RJ) pelo direito de pescar. *Anais ENANPUR*, v. 15, n. 1.